



Câmara Municipal

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Ofício nº 125/2022 – Do Executivo** – Encaminha Veto Integral ao Autógrafo nº046/2022 que dispõe sobre a comprovação de origem dos materiais metálicos recicláveis e cadastro de fornecedores.

Em atenção ao referido documento, por ser legal e regimental, somos de parecer favorável ao Veto Integral proposto pelo Executivo, por se tratar de matéria específica de competência exclusiva do Poder Executivo.

### PARECER FAVORÁVEL AO VETO

Plenário Dr. Durval Nicolau, 07 de junho de 2.022



**CARLOS GOMES**



**JOCELI MARIOZI**

**GUSTAVO BELLONI**



# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

\*\*\*

24 de maio de 2022.

Of.GAB.nº 350/2022

OFÍCIO DO EXECUTIVO Nº 125/2022


Senhor Presidente:


Pelo presente, comunico a Vossa Excelência que, com fundamento no § 1º do Artigo 48 da Lei Orgânica do Município vetei, na sua totalidade, o Autógrafo nº 046/2022, que dispõe sobre a comprovação de origem dos materiais metálicos recicláveis e cadastro dos fornecedores.

Embora se possam reconhecer os nobres propósitos que ensejaram o envio do projeto de lei, a negativa total da sanção se justifica por razões de ordem constitucional, pois o legislativo está desenvolvendo atribuições específicas de competência exclusiva do poder executivo.

Desta forma, ao analisar o presente Autógrafo, flagra-se a inconstitucionalidade do mesmo, por vício formal de iniciativa, ofendendo ao disposto em Lei Orgânica Municipal, razão pela qual se impõe o veto jurídico total ao Autógrafo nº 046/2022, conforme parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município, que segue em anexo.

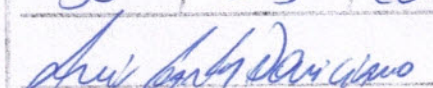
Renovo, nesta oportunidade, os protestos de estima e consideração.

  
MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA  
Prefeita Municipal

APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA  
13 / 06 / 22  
  
PRESIDENTE

24/05/2022

Exmo. Sr. Vereador  
LUÍS CARLOS DOMICIANO (BIRA)  
Presidente da Câmara Municipal  
N E S T A.

COMISSÃO DE JUSTIÇA  
E REDAÇÃO  
30 / 05 / 2022  
  
PRESIDENTE





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA  
SÃO PAULO

PARECER

Parecer 28/2022 – PGM-E

Assunto: Autógrafo nº 046/2022

Trata-se de Autógrafo nº 046/2022, que “dispõe sobre a comprovação da origem dos materiais metálicos e recicláveis e cadastro dos fornecedores”.

É certo que, nos termos do §1º do art. 48 da Lei Orgânica do Município, o Prefeito, considerando o projeto inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis.

A mesma Lei Orgânica do Município de São João da Boa Vista estabelece em seu art. 45 a exclusividade de iniciativa do prefeito de leis que disponham sobre - III – criação, estruturação e atribuições de Secretaria ou departamento equivalente e órgãos da Administração Pública, e IV – matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

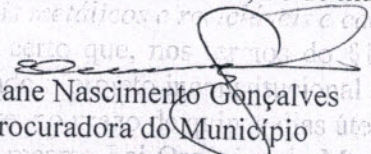
Assim, em se constatando que a execução da lei irá estabelecer atribuições a Departamentos Municipais – o que, s.m.j., parece ser o caso, ante a necessidade de aparato de fiscalização e também de regulamentação da lei pelo Executivo – e/ou, ainda, demandar despesas, o projeto poderá ser vetado por ser inconstitucional.

Diante do exposto, opino para que sejam ouvidos os departamentos/setores competentes para que se manifestem acerca da execução, conveniência e oportunidade para que o mesmo possa ser sancionado ou vetado.

Por derradeiro, opino para que a Secretaria, a quem cabe o arquivo da legislação, informe se já existe no Município Lei nesse sentido para se evitar duplicidade.

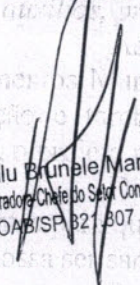
É o parecer, s.m.j., que não vincula a decisão da autoridade competente.

São João da Boa Vista, 06 de maio de 2022.

  
Eliane Nascimento Gonçalves  
Procuradora do Município

Ciente e de acordo.

São João da Boa Vista, 06 de maio de 2022.

  
Analú Brunele Marcon  
Procuradora-Chefe do Setor Consultivo  
OAB/SP 821.907

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_